

**ACTA N.º 15/2011**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02.AGOSTO.2011**

----- Aos dois dias do mês de Agosto de dois mil e onze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Albino Soares de Oliveira, António Henrique Fernandes Cruz e Manuel Artur de Almeida Miler.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltaram os Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Margarida Maria de Sousa Correia Belém e Paulo Sérgio Martins Teixeira.-----

**----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

----- O Vereador senhor António Cruz alertou para a necessidade de melhorar e reforçar a sinalização temporária do trânsito, decorrente das obras que estão a ser levadas a cabo nos lugares de Zendo e da Farrapa, tendo o senhor Presidente respondido que já foi dada indicação aos serviços para chamarem a atenção dos empreiteiros das obras para a necessidade de melhorarem a referida sinalização provisória.-----

**----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**

**----- 01. ACTA:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 14/2011, referente à reunião ordinária de 19 de Julho findo.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la.--

**----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----**

----- Nada a registar.-----

**----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----**

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 145, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €1.916.550,14 (um milhão novecentos e dezasseis mil quinhentos e cinquenta euros e catorze centimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.180.325,65 (um milhão cento e oitenta mil trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco centimos) e €736.224,49 (setecentos e trinta e seis mil duzentos e vinte e quatro euros e quarenta e nove centimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

**----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 14.ª ALTERAÇÃO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a 14.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta a diminuição da

02.08.2011

dotação global definida no valor de €30.000,00 (trinta mil euros) documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. ----

**----- 05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 14.ª ALTERAÇÃO:-----**

----- Foi presente a 14.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €153.500,00 (cento e cinquenta e três mil e quinhentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. ---

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. ----

**----- 06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 3.ª REVISÃO:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a 3.ª revisão às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

**----- 07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 3.ª REVISÃO:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a 3.ª revisão ao Orçamento para o ano em curso, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede e mandar submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

**----- 08. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:-----**

----- Foi seguidamente presente à consideração da Câmara a seguinte informação da DAGF:-----

----- “A lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, estabelece no seu art.º 106º que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma **taxa municipal de direitos de passagem** (TMDP).-----

----- A taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo, para todos os clientes finais do Município (al. b), n.º2, art.º 106º).-----

02.08.2011

-----Nos Municípios em que seja cobrada a TMDP, aquelas empresas incluem nas facturas dos clientes finais, de forma expressa, o valor da taxa a pagar (n.º 3, art.º 106º).-----

-----O percentual referido não pode ultrapassar 0,25%. Todavia, pela circular n.º 41/2004, de 9 de Março, a Associação Nacional de Municípios sugere que o percentual em causa seja fixado no seu valor máximo.-----

-----Aquele percentual é aprovado anualmente pelo Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência. -----

-----Esta taxa tem por objectivo, como se pode depreender da leitura das normas atrás citadas, compensar o Município pela concessão do direito de passagem no domínio público e privado municipal às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações. Porém, o dever de efectuar o pagamento da prestação correspondente recai sobre o cliente final, que passa assim a figurar nesta relação como sujeito passivo.-----

-----No âmbito da relação tributária, o elemento fundamental que distingue o imposto da taxa "é a existência ou inexistência de uma contraprestação por parte do sujeito activo da respectiva relação, é o carácter unilateral do imposto e a natureza bilateral da taxa, os quais resultam de, num caso, o facto gerador do tributo consistir na mera revelação de determinada capacidade contributiva, e, no outro, de tal facto se traduzir numa ocorrência directamente ligada a uma actividade específica do sujeito activo, de que beneficia individualmente o sujeito passivo" (António Brás Teixeira, Princípios de Direito Fiscal, Vol. I, 3a edição, Almedina, Coimbra, pag. 43).-----

-----No caso posto o direito de passagem é concedido às empresas concessionárias. Ora, não beneficiando os clientes finais dos serviços de comunicações de qualquer contraprestação por parte do Município, parece-nos que a taxa em questão, dada a sua unilateralidade, consubstancia um verdadeiro imposto.-----

-----Contudo, se a Câmara entender de modo diferente, informa-se que cabe à Assembleia Municipal, sob proposta daquela, fixar o percentual da taxa a aplicar, nos termos do disposto na al. e), n.º 2, art.º 53.º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro." -----

-----Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, não propor a fixação da referida taxa municipal de direitos de passagem para o ano em curso, dando conta desta decisão à Assembleia Municipal. -----

-----**09. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – DESIGN DE COMUNICAÇÃO, EM REGIME DE CTI:** -----

02.08.2011

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – design de comunicação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo.-----

**----- 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AULAS DAS DIVERSAS MODALIDADES E NADADOR SALVADOR) NOS COMPLEXOS DESPORTIVOS DE AROUCA E ESCARIZ – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS: -----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara o programa de procedimento e o caderno de encargos para adjudicação da prestação de serviços em epígrafe. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a referida prestação de serviços, adoptar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP. -----

**----- 11. URBANIZAÇÃO/ARRANJO URBANÍSTICO DO CENTRO DE TROPEÇO – AQUISIÇÃO DE TERRENOS: -----**

----- Pelo senhor Presidente foram presentes três propostas para aquisição aos senhores António da Silva Ramalho, Maria Fernanda Moreira Reis, Teresa Cristina Reis de Almeida, Ana Lúcia Reis de Almeida e Maria do Carmo da Silva Ferreira dos terrenos necessários à construção do Arranjo Urbanístico do Centro de Tropeço, documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar as três propostas que antecederem.-----

**----- 12. REDE DE ESGOTOS/AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO VALE DE AROUCA - PARTE DO SISTEMA DE CHAVE - TROÇO ENTRE A CAIXA 96 A 104/E. E./C.D. CAIXA 176 A 185/198/256/237 – ADJUDICAÇÃO: -----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise.-----

----- Face às conclusões do júri referido, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adjudicar os trabalhos à concorrente Construções Leite de Almeida & Filhos, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor de €139.091,10 (cento e trinta e nove mil e noventa e um euros e dez cêntimos). -----

**-----13. REDE DE ESGOTOS/AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO VALE DE AROUCA - PARTE DO SISTEMA DE CHAVE - TROÇO ENTRE A CAIXA 96 A 104/E. E./C.D. CAIXA 176 A 185/198/256/237 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara o plano de segurança e saúde referente à empreitada em epígrafe.-----

-----Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele plano.-----

**-----14. CEMITÉRIOS/JUNTA DE FREGUESIA DE MANSORES – AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIO – COMPARTICIPAÇÃO: -----**

-----Foi presente o ofício registado sob o número 4.202, em 19 de Julho findo, da Junta de Freguesia de Mansores, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com as obras de ampliação do cemitério.---

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, comparticipar com €20.000,00 (vinte mil euros), importância a pagar de acordo com o andamento dos trabalhos.-----

**-----15. REDE VIÁRIA/BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS, ENTRONCAMENTOS, PONTES E CAMINHOS - REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA URREIRA/S. MARCOS (ESCARIZ) – ADJUDICAÇÃO: -----**

-----Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise. -----

-----Face às conclusões do júri, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adjudicar os trabalhos à concorrente Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor de €38.460,00 (trinta e oito mil quatrocentos e sessenta euros).-----

**-----16. LICENCIAMENTO DE OBRAS/VERA LÚCIA DUARTE OLIVEIRA, (AGRAS, MANSORES): --**

-----Foi presente o processo de obras número 2/2011, de Vera Lúcia Duarte Oliveira, residente em Agrad Mansores, acompanhado do requerimento registado sob o número 5, em 4 de Janeiro findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir um anexo em terreno sito no referido lugar.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido nos termos da informação da DGU. -----

**-----17. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA SOUSA TEIXEIRA, (ALQUEVE, SANTA EULÁLIA):-----**

-----Foi presente o processo de obras número 69/2011, de Maria da Conceição da Costa Sousa Teixeira, residente na Urbanização Pimenta, sita no lugar da Casinha, freguesia de Santa Eulália, acompanhado do requerimento registado sob o número 826/DGU, em 27 de Maio findo, a solicitar o licenciamento com vista a legalizar o muro que construiu em terreno sito no lugar de Alqueva, freguesia de Santa Eulália.-----

02.08.2011

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

**----- 18. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO CARLOS PINHO FERNANDES, (PROVISENDE, ROSSAS):-----**

----- Foi presente o processo de obras número 7/2011, de António Carlos Pinho Fernandes, residente em Provizende, Rossas, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.054/DGU, em 11 de Julho findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir uma habitação e reconstruir um muro em terreno sito no lugar de Provizende de Baixo, da referida freguesia. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

**----- 19. DIVERSOS/III CONCURSO DE VINHO VERDE DE AROUCA – REGULAMENTO:-----**

----- Foi presente o regulamento para o III Concurso de Vinho Verde de Arouca que terá lugar no próximo dia 23 de Setembro, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

**----- 20. DIVERSOS/ CONCURSO "A MELHOR BROA CASEIRA 2011" – REGULAMENTO:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o regulamento do concurso “A melhor broa caseira 2011”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

**----- 21. DIVERSOS/PLACAS IDENTIFICATIVAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL – FIXAÇÃO DE PREÇO:-----**

----- Pelo Gabinete Via Verde foi presente a seguinte proposta:-----

----- «Os estabelecimentos de alojamento local, regulados pelo Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7/3 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14/9 e pela Portaria n.º 517/2008 de 25/6, podem possuir placa identificativa afixada no exterior. -----

----- Segundo o disposto no n.º 1, art.º 9.º da Portaria referida, "os estabelecimentos de alojamento local podem afixar, no exterior, junto ao acesso principal, uma placa identificativa, a qual deve ser fornecida pela Câmara Municipal...". -----

----- Assim, e após solicitação de alguns estabelecimentos de alojamento local para o fornecimento da já referida placa, estes serviços procederam à consulta de mercado para aferir dos custos associados ao fabrico de 10 placas, mediante as especificações técnicas previstas no n.º 2, art.º 9 da Portaria 517/2008 de 25/0.

02.08.2011

Reunidas as propostas e escolhida a proposta mais vantajosa, procedeu-se à sua encomenda, tendo as mesmas já sido entregues no Gabinete Via Verde.-----

-----Assim, e para que se possa fornecer as placas identificativas aos requerentes é necessário fixar o seu preço de venda.-----

-----Proponho, dessa forma, a fixação do preço em 90 Euros para cada placa e respectivo sistema de fixação.»-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, fixar em €90,00 (noventa euros) o preço da referida placa, aprovando, assim, aquela proposta.-----

**-----22. DIVERSOS/CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA - MINUTA DE CONTRATOS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA – REVOGAÇÃO:-----**

-----Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O Código da Contratação Pública (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, prevê no seu artigo 98º que nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário. -----

-----A decisão de contratar é da competência da Câmara Municipal sempre que o valor da despesa seja superior a €149.639, 37, nos termos do nº 1 do artigo 18º do DL 197/99, de 8.9 (ex-vi a alínea f) do nº 1 do artigo 14º daquele DL). -----

-----Significa isto dizer que, sempre que estejam em causa contratos de valor superior a este montante, para além da decisão de contratação e, quando for caso, da decisão de adjudicação, o processo tem de ser de novo submetido à consideração da Câmara para efeitos de aprovação da minuta do respectivo contrato. -----

-----Tal facto, atendendo ao calendário instituído para as reuniões, leva a que o processo possa estar parado durante 15 dias. -----

-----Com efeito, de modo a tornar os serviços mais expeditos e funcionais, em reunião de 4 de Novembro de 2008 a Câmara Municipal deliberou delegar no seu Presidente, ao abrigo do disposto no art.º 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no citado artigo 109º do CCP, competência para aprovar as minutas dos contratos celebrados ao abrigo do CCP, nos casos em que a decisão de contratar caiba nas competências do órgão executivo. -----

-----Porém, a Inspeção Geral da Administração Local, aquando da inspeção ordinária ao Município, entendeu que tal delegação não é legalmente possível, recomendando que a autarquia encete as diligências no sentido de corrigir o procedimento adoptado, conforme consta no respectivo relatório.-----

02.08.2011

----- No âmbito do direito ao contraditório a Câmara Municipal manifestou o seu desacordo em relação a tal entendimento, nos termos expressos no ponto 2.1, do Cap. I do nosso ofício nº 4861, de 30.10.2009, por entender, como ainda entende, designadamente, que o acto de aprovação da minuta do contrato é distinto da decisão de contratar e do acto autorizador da despesa e que, de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 109º do CCP, todas as competências atribuídas pelo Código ao órgão competente para a decisão de contratar podem ser delegadas.-----

----- Não obstante, a IGAL, no seu parecer síntese nº 35, remetido a coberto do ofício nº 2765/2011, de 30.5.2011, reitera o entendimento já expresso no relatório inicial, solicitando no ponto 1) do parecer final nº 120/2010, também junto, que a Câmara Municipal informe quanto às medidas adoptadas relativamente aquela recomendação. -----

----- Nestes termos, proponho: -----

----- a) Que a Câmara Municipal delibere revogar aquela deliberação, submetendo a minuta dos contratos a celebrar ao abrigo do CCP à aprovação do órgão executivo sempre que a autorização da despesa, atento o respectivo valor, seja da sua competência. -----

----- b) E que do facto seja informada a IGAL.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- **23. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE FERMEDO – AUTOS N.º14 E 15:** -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 14 e 15, referentes à empreitada em epígrafe, nos valores de €3.080,00 (três mil e oitenta euros), e €56.090,20 (cinquenta e seis mil e noventa euros e vinte cêntimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- **24. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE ESCARIZ – AUTOS N.º 40, 41, 42 E 43:** -----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 40, 41, 42 e 43, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €25.155,00 (vinte e cinco mil cento e cinquenta e cinco euros), €15.352,96 (quinze mil trezentos e cinquenta e dois euros e noventa e seis cêntimos), €6.504,31 (seis mil quinhentos e quatro euros e trinta e um cêntimos) e €360,00 (trezentos e sessenta euros). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- **25. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA O PÓLO ESCOLAR DE AROUCA – AUTO N.º 2:**-----



02.08.2011

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 2, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €52.062,68 (cinquenta e dois mil e sessenta e dois euros e sessenta e oito cêntimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- **26. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DAS PRAÇAS E RUAS NO CENTRO HISTÓRICO DE AROUCA – REABILITAÇÃO DA ZONA H7 E TRAVESSA DA RIBEIRA – AUTO N.º 3:** -----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 3, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €14.066,50 (catorze mil e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- **III — OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- Nada a registar. -----

----- **IV — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- Nada a registar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 15 horas e 15 minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, servindo de Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----